



Recesso parlamentar terminou oficialmente em 1º de agosto

Congresso retoma trabalhos sob pressão dos servidores e sindicatos

Com o fim do recesso parlamentar, o Congresso Nacional retoma os trabalhos sob pressão de entidades representativas dos servidores públicos e das centrais sindicais. Entre as pautas prioritárias está o Projeto de Lei 1.893/2026, que regulamenta a negociação coletiva no serviço público e prevê a obrigatoriedade de mesas permanentes de diálogo entre governos e categorias. Também está no radar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, alvo de críticas do movimento sindical por dispositivos que poderiam limitar reajustes salariais, benefícios e a evolução das carreiras do funcionalismo. Outra bandeira é a PEC que acaba com a escala de trabalho 6x1, atualmente em tramitação no Senado. Para pressionar parlamentares, centrais sindicais e entidades do funcionalismo articulam mobilizações nacionais a partir de 10 de agosto.

252 vagas imediatas no Dataprev

Termina no próximo dia 6 de agosto o prazo de inscrição para o concurso público da Dataprev. O certame oferece vagas e cadastro de reserva para profissionais de nível superior em áreas como tecnologia da informação, advocacia, comunicação, administração e engenharia, com oportunidades em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, João Pessoa, Natal e Florianópolis. Os salários iniciais variam de R\$ 8.273,94 a R\$ 10.685,44, além de benefícios. As provas objetivas serão aplicadas em 11 de outubro.

DIVULGAÇÃO/DATAPREV



Salários iniciais variam de R\$ 8.273,94 a R\$ 10.685,44

TJSP regulamenta novo auxílio-saúde

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) publicou a Portaria nº 10.855/2026, que regulamenta a nova forma de concessão do auxílio-saúde para servidores ativos, inativos e pensionistas. O benefício passa a ser pago em valores fixos mensais, distribuídos em 10 faixas etárias definidas pela classificação da ANS. Os valores variam de R\$ 783 a R\$ 1.450. A medida resulta de acordo firmado na Mesa Permanente de Negociação e tem efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2026, conforme o texto publicado no DEJESP.

PM-SP recebe inscrições para 2 mil vagas

Segue até 21 de agosto o prazo de inscrição para o concurso da Polícia Militar de São Paulo (PM-SP), que oferece 2.000 vagas para aluno-soldado. Os candidatos devem ter ensino médio completo, idade entre 17 e 30 anos e CNH nas categorias B e E. O salário inicial é de R\$ 5.482,51. A seleção contará com provas objetiva e dissertativa, testes físicos, exames de saúde, avaliação psicológica e análise documental.

Professores I

Pesquisa do Centro do Professorado Paulista (CPP) revela que 65% dos professores brasileiros já sofreram algum tipo de agressão em sala de aula ou no ambiente escolar. A violência verbal lidera os registros, atingindo 71% dos casos, seguida por agressões psicológicas e morais (58%). O levantamento ouviu 1.144 docentes.

Professores II

O avanço da violência contra docentes também aparece em outros levantamentos. Estudo do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es mostra que 61% dos professores da educação básica relatam perseguições, intimidações, censura e assédio. Entre os impactos estão afastamentos e problemas de saúde mental.

Vazamento I

A Polícia Federal apura o vazamento de uma decisão judicial sigilosa relacionada a uma operação contra uma organização suspeita de desviar R\$ 45 milhões de correntistas da Caixa Econômica Federal. Segundo os investigadores, o acesso antecipado ao documento permitiu que integrantes do grupo ocultassem patrimônio e eliminassem provas.

Vazamento II

A investigação identificou indícios de participação de servidores da Justiça Federal no acesso indevido ao processo protegido por segredo de Justiça. A PF também apura movimentações financeiras consideradas incompatíveis com a renda declarada de pessoas ligadas ao caso e busca esclarecer como a decisão chegou aos investigadores.

Previdência I

O STF formou maioria para validar a inscrição automática de novos servidores públicos federais em planos de previdência complementar. Os ministros entenderam que a medida não torna a adesão obrigatória, pois o participante pode solicitar o cancelamento posteriormente. O julgamento analisou dispositivos da Lei 12.618/2012.

Previdência II

A decisão alcança servidores que ingressaram no serviço público federal após a criação do regime complementar, em 2013. Para a Corte, há diferença entre adesão automática e compulsória. O entendimento também preserva o direito de saída e a devolução das contribuições em situações previstas na legislação.



Projeto é de autoria da deputada federal Laura Carneiro(PSD/RJ)

Projeto cria diretrizes para ginástica laboral no serviço público

Texto permite programas de até 15 minutos diários para funcionários

Da **Redação**

A deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ) apresentou na segunda-feira (3) o Projeto de Lei 4.859/2026, que institui a realização de ginástica laboral no serviço público. A proposta autoriza União, estados, Distrito Federal e municípios a criarem programas de até 15 minutos diários durante a jornada de trabalho para servidores, empregados públicos, terceirizados e estagiários.

Pelo texto, a adoção da medida é facultativa para os entes federativos. A participação dos trabalhadores também não será obrigatória. As atividades deverão ser coordenadas por profissionais de Educação Física registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física, conforme a legislação da categoria. O projeto permite que os próprios órgãos públicos utilizem servidores habilitados para essa função e autoriza a celebração de parcerias com instituições de ensino e conselhos profissionais, desde que não haja custos para a administração pública.

A proposta também prevê medidas voltadas aos trabalhadores em regime remoto. Nesses casos, os órgãos públicos poderão disponibilizar vídeos com orientações e exercícios em seus portais na internet,

com recursos de acessibilidade, incluindo tradução em Libras e legendas.

Outro ponto do projeto trata do acompanhamento de indicadores de saúde ocupacional. Os órgãos responsáveis pela gestão de pessoas poderão realizar estudos e levantamentos periódicos sobre transtornos musculoesqueléticos, doenças relacionadas ao trabalho e afastamentos de servidores, utilizando dados já existentes.

Na justificativa, a parlamentar afirma que a ginástica laboral pode contribuir para a prevenção de lesões por esforço repetitivo, problemas posturais e situações relacionadas ao estresse. Segundo o texto, transtornos musculoesqueléticos estão entre as principais causas de afastamento do trabalho no país. A autora também menciona experiências já adotadas em órgãos públicos do Rio de Janeiro, como a Prefeitura do Rio, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e universidades públicas.

Laura Carneiro argumenta que a proposta não cria despesa obrigatória para os entes, pois a implementação dos programas é opcional. O projeto começará a tramitar pelas comissões da Câmara antes de ser votada em Plenário.